

Trabalhadores devem ficar atentos sobre rumos da privatização dos portos no Pará

Sindicalistas esperam que recursos de fato sejam investidos em áreas previstas em plano pelo governo (Divulgação)

Presidente do Sindicato dos Portuários do Pará afirma que por enquanto não haverá perda de postos

Com o leilão de arrendamento de seis terminais portuários no Estado do Pará, realizado na manhã de sexta-feira (5), entra em discussão a situação dos trabalhadores que atuam na região. Mesmo com a previsão de investimento de R\$ 430 milhões nas áreas portuárias por parte do governo, o setor fica em alerta. Para o presidente do Sindicato dos Portuários do Pará (Sindiporto), Dalton Beltrão, a ação faz parte de um projeto de privatizações do atual governo.

“Essas áreas que serão arrendadas já estão nesta situação, só haverá uma mudança de titularidade. O Estado vai receber outorga, que é uma espécie de aluguel, mas, apesar dos portos serem públicos, o poder de decisão passa a ser das empresas privadas. Então, a gente entende que este é um processo de privatização de todos os portos públicos do país”, comentou. Este é o segundo leilão de terminais portuários em menos de um mês. No fim de março, o governo arrecadou R\$ 219,52 milhões com o leilão de quatro áreas portuárias – três na Paraíba e uma no Espírito Santo. O investimento previsto é de R\$ 199 milhões.

O lado positivo, para Beltrão, será a aplicação dos valores arrecadados nas áreas previstas pelo governo. “É um bom negócio, mas ainda existe muita coisa que precisa ser

conversada nessa questão do arrendamento. Outro ponto positivo é que, por enquanto, os trabalhadores não estão ameaçados. Não vão perder os postos de trabalho”.

Foram cinco terminais leiloados em Miramar, no Porto Organizado de Belém, e um no Porto de Vila do Conde. Os contratos de arrendamento terão validade de 15 a 25 anos, dependendo da área. As três primeiras, em Belém, terão prazo de 15 anos. Nas outras duas, de 20 anos, e em Vila do Conde, o contrato terá prazo de 25 anos. Os terminais são voltadas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos (combustíveis).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Pará (Sindopar), Alexandre Carvalho, nas áreas de combustíveis os trabalhadores não são afetados e os leilões não interferem nas operações portuárias. “Nossas expectativas são as melhores possíveis, especialmente com a entrada de mais de R\$ 400 milhões nos cofres do governo”, destacou.

Na avaliação do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), José Maria Mendonça, os leilões são positivos para a região. Com a abertura dos portos, cria-se concorrência e, conseqüentemente, redução dos preços de combustíveis, segundo o especialista. “Quanto maior a oferta menor o preço. Muitos caminhoneiros que vêm até o Pará enchem o tanque no Tocantins, por medo de não encontrar valores justos aqui. Com essa concorrência, pessoas serão atraídas, para movimentar a economia local. Para a indústria será muito bom, e queremos incentivar os investimentos aqui no Estado”.

Por:Elisa Vaz/ Redação Integrada de O Liberal

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com